



DOCUMENTO DE POSIÇÃO

SUPOR A BARREIRA LINGUÍSTICA: ARGUMENTOS A FAVOR DA TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS DAS IPSAS PARA ÁFRICA

Outubro de 2025

Enquadramento do Problema

As Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), baseadas no regime de competência, são fundamentais para reforçar a transparência fiscal, a prestação de contas e a comparabilidade em África. Estas normas reforçam a capacidade dos governos de medir com precisão a dívida pública, as responsabilidades com pensões e os pagamentos em atraso, refletindo simultaneamente o valor das infraestruturas instaladas em escolas, hospitais, estradas, aeroportos, etc. Ao captar o custo real da prestação de serviços públicos, reforçam a disciplina fiscal e permitem uma elaboração de orçamentos baseada em dados concretos. Além disso, reforçam a credibilidade junto de credores, doadores e cidadãos através da elaboração de demonstrações financeiras comparáveis a nível internacional.

No entanto, as IPSAS não estão atualmente disponíveis em português, uma língua oficial para mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo vários países africanos.

Esta lacuna criou uma barreira significativa para os países africanos lusófonos, tais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, cujos governos, instituições e profissionais não conseguem interagir plenamente com as normas na sua língua de trabalho. Esta omissão não só cria barreiras à compreensão, como também afeta negativamente a adoção e implementação das IPSAS baseadas no regime de competência.

Sem traduções oficiais para português, os países lusófonos dependem de interpretações ad hoc e não oficiais, o que limita a consistência, a comparabilidade e a confiança nos relatórios. Este artigo apela à tradução urgente das IPSAS para português.

Contexto e Impacto

A ausência de traduções oficiais das IPSAS para a África lusófona cria barreiras significativas que afetam diretamente o percurso de reforma da região.

Compromete o reforço de capacidades, uma vez que contabilistas, auditores e responsáveis financeiros em todos os países de língua portuguesa não conseguem interagir plenamente com as normas quando os textos oficiais permanecem inacessíveis na sua língua de trabalho. Isto limita a sua capacidade de interiorizar os princípios, aplicá-los de forma consistente e desenvolver a competência técnica necessária para uma reforma sustentável. Em última análise, tem contribuído para o abrandamento da adoção das IPSAS na África lusófona.

Isto dificulta a harmonização jurídica, tornando difícil para os governos alinhar a legislação relativa à gestão das finanças públicas (PFM) com as IPSAS. Sem versões oficiais em português, os governos enfrentam desafios na elaboração, interpretação e alteração da legislação de forma a manter a fidelidade às normas. Isto cria riscos de um alinhamento parcial ou inconsistente, acabando por abrandar os processos de reforma.

Esta lacuna também compromete a comparabilidade e a credibilidade, uma vez que o recurso a versões não oficiais conduz a inconsistências na aplicação. Na ausência de traduções oficiais, os países lusófonos são frequentemente obrigados a recorrer a adaptações não oficiais, o que abre margem para discrepâncias.

Sem versões em português, os representantes lusófonos enfrentam dificuldades em participar de forma eficaz nos diálogos internacionais sobre a definição de normas, o que enfraquece a voz coletiva de África.

Se não for resolvida, esta lacuna corre o risco de marginalizar os países lusófonos na agenda de reforma das IPSAS em África e de enfraquecer a credibilidade coletiva do continente na governação financeira global.

Soluções políticas

A AAAG reconhece que a ausência de traduções para português das IPSAS continua a constituir um obstáculo significativo para os países lusófonos de África. Para colmatar esta lacuna, a AAAG defende um esforço coordenado e multilateral, assente em quatro soluções prioritárias.

1. Tradução oficial das IPSAS

O primeiro passo consiste em garantir que todas as normas IPSAS, orientações e materiais relacionados estejam disponíveis em português. Para tal, é necessário encomendar um processo de tradução abrangente e de elevada qualidade, validado pelo IPSASB, de modo a garantir tanto a precisão técnica como a consistência entre as normas. Tal esforço proporcionaria aos profissionais lusófonos acesso direto à linguagem global da contabilidade do setor público.

2. Reforço de Capacidades Inclusivo

A tradução, por si só, não é suficiente. A AAAG propõe o desenvolvimento de programas de formação em língua portuguesa adaptados a contabilistas, auditores e responsáveis financeiros em toda a África lusófona. Devem ser criados centros regionais de conhecimento em países-chave para promover a aprendizagem entre pares, a orientação e a resolução colaborativa de problemas, garantindo que a transferência de competências não seja apenas teórica, mas também prática.

3. Apoio jurídico e institucional

Para que a reforma se consolide, os governos lusófonos necessitam de um quadro institucional de apoio. A AAAG apoiará a alteração das leis, regulamentos e quadros de gestão das finanças públicas, de modo a consolidar as IPSAS como base de reporte. Além disso, serão desenvolvidos modelos e conjuntos de ferramentas padronizados em português para orientar a adoção, reforçar a comparabilidade e reduzir os custos da transição.

4. Sensibilização e Parcerias

Por fim, a AAAG pretende mobilizar parcerias e apoio da Comissão da União Africana, de instituições lusófonas e de parceiros de desenvolvimento para garantir financiamento para a tradução e divulgação. A nível global, a AAAG apela também à IFAC para que reconheça formalmente o português como língua oficial das IPSAS, refletindo a sua importância não só em África, mas também na América Latina e além-fronteiras.

Conclusão

A ausência das IPSAS em português representa um obstáculo crítico à reforma na África lusófona. A tradução não é meramente um exercício linguístico, mas uma necessidade estratégica para a inclusão, a comparabilidade e a credibilidade global. Ao liderar este apelo, a AAAG assegura que a África lusófona não fique para trás e reforça o seu papel como voz unificadora das reformas da gestão das finanças públicas em todo o continente.

Apelo à ação

A AAAG apela ao IPSASB, à IFAC, à Comissão da União Africana, aos governos lusófonos e aos parceiros de desenvolvimento para que colmatem a lacuna linguística que está a atrasar as reformas em toda a África lusófona.

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTADORES GERAIS (AAAG)
Lote 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115info@aaag.africa |
www.aaag.africa

Follow us on Social Media



www.AAAG.AFRICA

AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL